

DESAFIOS E POSSIBILIDADES: O ENSINO DE GEOGRAFIA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II

CHALLENGES AND POSSIBILITIES: TEACHING GEOGRAPHY FROM THE PERSPECTIVE OF INCLUSIVE EDUCATION IN THE 6TH YEAR OF BRAZILIAN FUNDAMENTAL EDUCATION II

DESAFÍOS E POSIBILIDADES: LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA DESDE LA PERSPECTIVA DE LA EDUCACIÓN INCLUSIVA EN EL 6º GRADO DE LA EDUCACIÓN BÁSICA

Marney Félix Nunes Mingote

Discente no curso de graduação em Geografia no centro Internacional – UNINTER

Martha Raquel de Souza Baptista

Orientadora

RESUMO

O presente trabalho se propõe fazer uma discussão metodológica enfatizando a temática do ensino de Geografia na perspectiva da educação inclusiva, no 6º ano do Ensino Fundamental II. O objetivo geral é analisar o ensino de Geografia na perspectiva da educação inclusiva. Os objetivos específicos são: apontar práticas pedagógicas inovadoras para o ensino de Geografia, perceber a importância de um ensino inclusivo, refletir sobre o ensino pautado em uma escola democrática. Tudo isso mediante a seguinte problemática: Como trabalhar a disciplina Geografia no contexto da educação inclusiva? A abordagem foi dividida em três seções. A primeira diz sobre a influência da escola no aprendizado da Geografia enfatizando o cotidiano. A segunda reporta a discussão sobre o conceito de Geografia. A terceira seção enfatiza uma perspectiva sobre o ensino de Geografia orientado à aprendizagem significativa, dentro de um contexto educacional democrático. A metodologia da pesquisa é de cunho bibliográfico qualitativo; se revisaram artigos do meio eletrônico, sites, livros, e as ideias de autores da fundamentação teórica: Pérez (2007), Tebesco (2002), Santos (1994), Bicudo (2001), Morin (2001), Straforini (2004), Kretschmer (1942), Santos (2002), Freire (1979), Guarro (2002), Perrenoud (2002). Constata-se nos artigos lidos, que há possibilidade de se trabalhar a Geografia de forma inclusiva através de práticas pedagógicas inovadoras, pautadas na flexibilidade e no diálogo, dentro de um projeto político pedagógico democrático que faça fluir o ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Geografia. Inclusão. Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

This paper intends to make a methodological discussion emphasizing the teaching of geography from the perspective of inclusive education, in the 6th grade of Brazilian Fundamental Education II. The overall objective is to analyze the teaching of geography from the perspective of inclusive education. The specific objectives are: to point out innovative pedagogical practices for the teaching of geography, to realize the importance of an inclusive teaching, to reflect on the guided teaching in a democratic school. All this through the following problem: how to teach the discipline of geography in the context of inclusive education? The contextual approach was divided into three sections. The first is about the school's influence on geography learning, emphasizing everyday life. The second reports on the dichotomies of ideas in relation to the concept of geography. The third section emphasizes a perspective on geography teaching that conceives meaningful student learning within a democratic educational context. The research methodology is of a qualitative bibliographic nature, reviewing articles from the electronic media, websites, books, and the ideas that served

Desafios e possibilidades: o ensino de Geografia na perspectiva da Educação Inclusiva no 6º ano do ensino fundamental II

as theoretical foundation, from: Pérez (2007), Tebesco (2002), Santos (1994), Bicudo (2001), Morin (2001), Straforini (2004), Kretschmer (1942), Santos (2002), Freire (1979), Guarro (2002), Perrenoud (2002). It is clear from the researched articles that there is a possibility to teach geography in an inclusive way through innovative pedagogical practices based on the flexibility of dialogue, inside a democratic pedagogical political project that makes teaching-learning flow.

Keywords: Geography. Inclusion. Teaching-learning.

RESUMEN

Este trabajo propone una discusión metodológica con énfasis en la temática de la enseñanza de la Geografía desde la perspectiva de la educación inclusiva, en el 6º grado de la Educación Básica. El objetivo general es analizar la enseñanza de la Geografía a partir de los principios de la educación inclusiva. Los específicos son: apuntar prácticas pedagógicas innovadoras para la enseñanza de la Geografía; percibir la importancia de una enseñanza inclusiva; reflexionar sobre la enseñanza tal como es concebida en una escuela democrática. Todo ello, en función de la siguiente problemática: ¿Cómo trabajar con la disciplina Geografía en el contexto de una educación inclusiva? El abordaje del estudio se dividió en tres cuestiones. La primera tiene que ver con la influencia de la escuela en el aprendizaje de la Geografía, poniendo énfasis sobre lo cotidiano. La segunda reporta discusión sobre el concepto de geografía. La tercera sección resalta una perspectiva sobre la enseñanza de la geografía, orientada al aprendizaje significativo, en un contexto educacional democrático. La metodología de investigación es de tipo bibliográfico cualitativo. Se revisaron artículos de medios electrónicos, páginas web, libros, así como planteamientos de especialistas en el área: Pérez (2007), Tebesco (2002), Santos (1994), Bicudo (2001), Morin (2001), Straforini (2004), Kretschmer (1942), Santos (2002), Freire (1979), Guarro (2002), Perrenoud (2002). Se pudo constatar, en los artículos leídos, que existe la posibilidad de trabajarse la geografía de forma inclusiva, por medio de prácticas pedagógicas innovadoras, apoyadas en la flexibilidad y en el diálogo, dentro de un proyecto político-pedagógico democrático que haga fluir la enseñanza-aprendizaje.

Palabras-clave: Geografía. Inclusión. Enseñanza-aprendizaje.

INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como pretensão refletir sobre a temática Desafios e possibilidades: O ensino de Geografia na perspectiva da educação inclusiva no 6º ano do ensino fundamental II. Isso porque o ensino da Geografia atual requer práticas pedagógicas consistentes, democráticas, atrativas e prazerosas. O alunado da era contemporânea vivencia um cenário conturbado, o qual exige mudanças de paradigmas que estimulem o desejo de aprender de maneira diferenciada. O que Goldmann chama de “visão de mundo”? Devemos dar a palavra a ele mesmo:

[...] toda vida psíquica está estritamente ligada à práxis; ela se apresenta, em seguida, tanto sobre o plano individual como sobre o coletivo sob a forma de realidades dinâmicas orientadas para um equilíbrio coerente entre o sujeito e o meio ambiente, isto é, para um processo de estruturação; enfim, no interior desses processos globais da vida psíquica, e no interior dela o pensamento, constituem também, por seu turno, totalidades relativas, processos de estruturação dirigidos para estados de equilíbrio significativos e coerentes.

No caso privilegiado de grupos orientados para uma organização global da sociedade, chamamos essas estruturações psíquicas de visões de mundo. (GOLDMANN, 1978, p. 29)

Como caracteriza Goldmann (1978, p. 29), as visões de mundo encontram-se centralizadas em ambientes enriquecedores, com a premissa de facilitarem o equilíbrio para engendrar o conhecimento. Tudo isso, por meio de estratégias dinâmicas e pertinentes, baseadas em ações significativas, para socializar a vida psíquica através das práxis. Assim sendo, acontece o plano individual sobre o coletivo.

Nesse viés, o ensino da Geografia da atualidade requer práticas pedagógicas modernas, que possam influenciar o alunado do 6º ano do ensino fundamental II de forma positiva, na sua relação com o mundo que o cerca. Além do mais, a ideia de inclusão se estende pelos espaços geográficos, porém, as escolas necessitam de mudanças de paradigmas focados no ensino-aprendizagem em equipe, levando em consideração a interdisciplinaridade. Concordamos com o que consta no PCN de Geografia, 1998, que

[...] é fundamental que o espaço vivido pelos alunos continue sendo o ponto de partida dos estudos [...]. A compreensão de como a realidade local relaciona-se com o contexto global é um trabalho a ser desenvolvido durante toda a escolaridade, de modo cada vez mais abrangente, desde os ciclos iniciais (PCN, 1998, p. 30).

Em conformidade com os PCN, o espaço vivido pelo alunado precisa ser o ponto de partida para o estudo da Geografia. Pois, para compreender a ciência geográfica, é viável participar dos acontecimentos do dia a dia. Desse modo, a compreensão de como a realidade local relaciona-se com o contexto global é um trabalho a ser desenvolvido de forma constante, com o intuito de valorizar o próprio espaço.

A educação vem passando por quebras de paradigmas (SOUZA; BRITO; MELO 2010). Bretherick (2010) concorda com isso quando cita que, para Pierre Lévy, a popularização do acesso ao ciberespaço, através das tecnologias da inteligência e da cibercultura, pode resultar em um espaço onde as inteligências coletivas produzam um saber democrático, num processo de cooperação e produção de saberes, acessíveis a todos os seres humanos, e onde as fronteiras geográficas inexistem. Segundo a autora, Lévy defende uma descentralização do saber e uma desterritorialização do conhecimento, não mais restrito aos muros das escolas e a poucas pessoas: “Trata-se de uma abordagem do conhecimento onde o sujeito não é ignorado, diferente da concepção cartesiana, onde o objeto do

conhecimento está à frente do sujeito. É uma relação fundada no sujeito/ objeto do conhecimento, que rompe o processo poder/conhecimento” (BRETHERRICK, 2010, p. 188).

Os diferentes saberes produzidos se deslocam de seu ponto central e bifurcam-se, criando novas redes de saber, numa descentralização crescente do conhecimento. Se no território há uma delimitação de espaço corresponde ao instituído, além de uma apropriação de espaços sociais e culturais, então a desterritorialização é uma forma de desvincular o conhecimento dos espaços pré-estabelecidos: “Nesta perspectiva adota-se uma percepção diferenciada, na medida em que ela está aberta para descobrir novas ideias além das previstas, e novos espaços além dos convencionais” (BRETHERRICK, 2010, p. 188). Assim, a descentralização dos saberes e a desterritorialização dos acontecimentos tendem a proporcionar mais oportunidades aos sujeitos menos favorecidos socialmente.

Em conformidade com os autores supracitados, confirma-se que o conhecimento da atualidade urge de oportunidades favoráveis à construção da educação do aluno, baseadas em uma proposta pedagógica solidária, de modo que cada aprendiz compartilhe o seu conhecimento com o outro, fazendo o uso da ferramenta crucial chamada diálogo. Em esse processo, o educador assume a função de mediador, com a pretensão de buscar alternativas que possam minimizar as dificuldades do educando.

Diante das perspectivas apresentadas, o artigo está dividido em três seções. Então, a primeira diz sobre a influência da escola no aprendizado da Geografia, enfatizando o cotidiano; a segunda reporta sobre a discussão de ideias acerca do conceito de Geografia e a terceira seção enfatiza uma perspectiva sobre o ensino de Geografia, que represente uma aprendizagem significativa, dentro de um contexto educacional democrático. Tudo isso, em conformidade com a seguinte problemática: Como trabalhar a disciplina Geografia no contexto da educação inclusiva?

Cabe salientar que o objetivo geral se configurou em analisar o ensino da Geografia na perspectiva da educação inclusiva e os objetivos específicos foram: apontar práticas pedagógicas inovadoras para o ensino de Geografia, perceber a importância de um ensino inclusivo, refletir sobre um ensino pautado em uma escola democrática.

Constataram-se nos artigos pesquisados, que há possibilidade de se trabalhar a Geografia de forma inclusiva através de práticas pedagógicas inovadoras, pautadas na flexibilidade e no diálogo, dentro de um projeto político-pedagógico democrático que faça fluir de forma positiva a aprendizagem do aluno

A INFLUÊNCIA DA ESCOLA NO APRENDIZADO DA GEOGRAFIA, COM ÊNFASE NO COTIDIANO

A escola é o local apropriado para a junção da diversidade cultural e também para ensinar e aprender através da troca de experiências. Assim sendo, o contexto educativo precisa estar em conformidade com a época em que o aluno vive, a fim de propor atividades enriquecedoras, congruentes com a sua realidade. Vale salientar que a sociedade atual, onde o indivíduo se encontra inserido, apresenta um contexto conturbado devido também ao advento da globalização.

O avanço tecnológico está cada vez mais dinâmico e se estende a uma sociedade repleta de conflitos. Cada dia surgem novas situações que demandam reflexão, análise e conhecimento para que o cidadão possa resolver problemas, orientado pelo diálogo pelos princípios democráticos. Desse modo, a escola é de grande relevância, pois é através deste contato que o ser humano inicia o processo da formação de sua personalidade e aprende a lidar com as situações que lhes são impostas. Com base na argumentação de Garcia Pérez, podemos vislumbrar caminhos que fundamentam essa interpretação. Diz ele:

A questão do conhecimento escolar deveria ser abordada e demarcada na mais ampla questão da cultura escolar (ou das culturas na escola), entendida como a cultura que englobaria todos os conhecimentos que se entrecruzam e operam no contexto escolar. (PÉREZ, 2007, p. 481)

Segundo Pérez (2007), a cultura escolar precisa ser valorizada e resgatada através de atividades bem elaboradas, com a pretensão de trabalhar com ênfase na interdisciplinaridade e manter o contato com as diversas culturas. Então, essa integração faz-se pertinente para a construção do conhecimento do estudante, feita a partir do relacionamento humano.

Escola é a instituição formal que tem em si a responsabilidade de oportunizar o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, muito embora, atualmente, a ela sejam atribuídas outras tantas funções. Segundo Tebesco, a escola tradicional entrou em crise e a tarefa da integração social, que era a sua função, deve ser redefinida. Diz ele: “a crítica democrática ao papel tradicional da escola enfatizava seu caráter reprodutor e, assim, evidenciava o caráter conservador da integração social por ela promovida” (TEBESCO, 2002, p. 93-94). Continuando sua análise sobre os motivos dessa crise, o autor diz que a crítica se refere “tanto aos conteúdos da socialização escolar e suas práticas

pedagógicas, como ao seu desenho institucional, baseado numa estrutura piramidal, em correspondência com a estrutura social” (TEBESCO, 2002, p. 94). Interessa, nesse momento, discutir a linha por ele denominada “conteúdos de socialização escolar”.

De acordo com Tebesco (2002, p. 93-94), a escola necessita redefinir o seu papel, pois no passado foi uma escola burocrática, que seguia padrões em conformidade com a pirâmide que retratava as camadas sociais. Com o advento da globalização, o papel da escola mudou e continua no seu processo de construção de uma escola democrática, configurada no contexto social e cultural dos estudantes, e que atenda às suas reais necessidades, sem esquecer que o aluno atualmente precisa participar do planejamento dos conteúdos a ser tratados. Aprender exige diálogo, conscientização e troca de experiências. Sobretudo, através da barganha de conhecimentos é que aprendemos a aceitar melhor determinadas situações.

Nessa linha de pensamento, a escola precisa trabalhar o impacto da realidade dentro de um contexto inclusivo, o qual necessita abranger a todos os que nela estão inseridos. Além do mais, deve oferecer oportunidades para o desenvolvimento de ações significativas para estimular o desejo de aprender de modo plausível. El conhecimento deve ser trabalhado de forma diferenciada dentro da instituição escolar, com a finalidade de acolher os alunos e ofertar condições propícias para a sua formação, com a intenção de ampliar o senso crítico em relação às visões de mundo.

Para ter eficácia, o processo de aprendizagem deve, em primeiro lugar, partir da consciência da época em que vivemos. Isto significa saber que o mundo é e como ele se define e funciona, de modo a reconhecer o lugar de cada país no conjunto do planeta e o de cada pessoa no conjunto da sociedade humana. É desse modo que se podem formar cidadãos conscientes, capazes de atuar no presente e de ajudar a construir o futuro. (SANTOS, 1994, p. 121)

Como assevera Santos (1994, p. 21), para que o processo ensino-aprendizagem seja coerente é necessário que o aprendizado parta da época em que o aluno está vivendo e aprendendo, de modo que o mesmo interaja com os acontecimentos do cotidiano e passe a entender a razão dos problemas tratados, com a intenção de buscar soluções. Tudo isso por meio de práticas pedagógicas atualizadas.

Nesse viés, a escola precisa tornar-se a detentora da pesquisa, com possibilidade de o aluno investigar e produzir conhecimento, gerado em um processo de ensino-aprendizagem realizado através da barganha de experiências. E, sobretudo, que o

conhecimento adquirido seja útil à sua vida, com o objetivo de se tornar um aluno letrado, com pertencimento cognitivo, e capaz de influenciar na leitura do mundo e viver em uma sociedade justa.

Não há como conceber o mundo linearmente, estudando as partes: casa, rua, bairro, cidade, estado, país, continente separadamente para depois juntá-los, formando assim o mundo. No atual período histórico, o mundo é fragmentado no sentido de que a globalização produz espaços da globalização, ou seja, os espaços hegemônicos e os hegemonzados, os que ditam as ordens e os que as executam. Mas o mundo não é a somatória desses espaços tomados separadamente, mas sim uma totalidade, ou seja, esses espaços só fazem sentido no conjunto da totalidade. (STRAFORINI, 2004, p. 82-83).

Na assertiva de Straforini (2004, p. 82-83) o mundo precisa ser analisado como um todo mesmo diante da globalização, pois os espaços somente fazem sentido quando são estudados em sua totalidade. Além do mais, os espaços hegemônicos e hegemonzados ditam a ordem, porém dentro de um único contexto.

É importante assinalar que a escola pode fazer a diferença através da oportunidade oferecida ao aluno com desejo de pensar e de aprender a exercitar o pensamento, assim como de manejar instrumentos tecnológicos. A escola deve oferecer a possibilidade de aguçar na mente o interesse pela descoberta através de referenciais positivos, capazes de fazer com que o sujeito construa articulações potentes para compreender o mundo que o cerca.

Enfim, focar a pesquisa como instrumento essencial para a vida do educando é buscar compreender o mundo com um novo olhar, enriquecido por ações e objetivos benéficos ao conhecimento. Assim sendo, é preciso descobrir estratégias capazes de refletir sobre formação do sujeito para ser reconhecido no seu meio, pois valorizar as ações humanas é inerente ao homem. Ademais, a produção do conhecimento geográfico é imprescindível para o desenvolvimento da ética e da cidadania, pautadas no respeito às diversidades.

DIFERENTES IDEIAS EM RELAÇÃO AO CONCEITO DE GEOGRAFIA

A Geografia é uma ciência nova que se estruturou a partir do século XIX com o alvo de oferecer melhor compreensão do mundo. Analisar e discutir a sociedade como um todo, requer a compreensão dos fatores do dia a dia. Além do mais, a Geografia inter-relaciona o

homem com o seu meio. Desse modo, cabe ao educador de Geografia facilitar ao aluno a interpretação desse processo, compartilhando as aspirações de ensino-aprendizagem com o alunado, em prol de um ensino fundado na realidade do aprendiz.

Cabe sinalizar que o conhecimento geográfico nos remete à antiguidade, com os gregos que estudavam a forma da Terra e tentavam traçar um mapa que representasse o mundo. O filósofo jônico Anaximandro (9650-546 a. C) foi o primeiro a realizar tal proeza com a confecção de um mapa circular. Heródoto (484-424 a.C.), por meio de suas inúmeras viagens, pôde corrigir mapas feitos até então e descrever com mais propriedade vários lugares visitados. Foi ele, por exemplo, quem primeiro descreveu “o mar Cáspio como um mar fechado” (KRETSCHMER, 1942, p. 15).

Entretanto, é Estrabão (63 a.C.- 23 d.C.) que é considerado o “pai” da Geografia. Foi a partir de viagens pelos países até então conhecidos que escreveu, em 17 volumes, uma de suas mais importantes obras, intitulada Geografia, na qual, além de descrever os aspectos geográficos, tratou também da história e da cultura dos povos. Assim, ao longo de décadas, séculos e milênios, com a ajuda de viagens e expedições, o conhecimento geográfico foi se aperfeiçoando.

Ao longo da construção da Geografia, foram várias as definições que lhe foram atribuídas, como aquela segundo a qual a Geografia seria “o estudo da superfície terrestre”, ou, “o estudo da paisagem” ou, ainda, “o estudo do espaço” (Cf. MORAES, 1983, p. 13-16), entre outros. Percebe-se que há certa conexão entre tais definições, ao mesmo tempo em que se mostram um tanto vagas.

As radicais transformações pelas quais o conhecimento do espaço passou a partir das inúmeras conquistas resultantes de viagens de caráter, sobretudo, exploratório, e que descortinaram um novo mundo, não foram em vão, pois essas descobertas passaram a ser sistematizadas por estudiosos que se destacaram no desenvolvimento da ciência geográfica. Entre os precursores a estabelecer os vínculos entre os fenômenos naturais em relação à sua ocorrência no espaço estava Alexander van Humboldt. Para ele, a Geografia compunha um conjunto de saberes dos quais ela seria uma espécie síntese de conhecimentos relativos à natureza terrestre. Ritter, também alemão, propõe sem desconsiderar a prevalência da natureza e a observação empírica dos fenômenos, a preocupação com o desenvolvimento da vida humana (Cf. KRETSCHMER, 1942).

Percebe-se que cada estudioso apresenta um ponto de vista diferenciado em relação ao conceito de Geografia. Então, nota-se que o estudo da ciência geográfica é muito complexo e não apresenta dados totalmente exatos, pois, a cada época surgem novos conhecimentos a respeito do objeto de estudo daquela área do conhecimento cujo nome é Geografia.

A respeito de sua concepção de Geografia, Santos (2002, p. 261) não deixa dúvida quanto ao campo de atuação da ciência geográfica ao afirmar que:

Uma ciência digna desse nome deve preocupar-se com o futuro. Uma ciência do homem deve cuidar do futuro não como um mero exercício acadêmico, mas para dominá-lo. Ela deve tentar dominar o futuro para o Homem, isto é, **para todos os homens** e não só para um número deles. Se o homem não for, também, um projeto, retorna ao homem animal que ele era quando, para assegurar a reprodução de sua própria existência, não comandava as forças naturais. Agora, que a natureza modificada pelo trabalho humano é cada vez menos a natureza amiga e cada vez mais a natureza hostil, cabe aos que a estudam uma vigilância redobrada. E a Geografia, tantas vezes ao serviço da dominação, tem de ser urgentemente reformulada para ser o que sempre quis ser uma ciência do homem. (Grifo do autor)

Em conformidade com Santos (2002, p. 261), a ciência geográfica deve ser digna e abarcar o futuro do homem como um todo para que o mesmo domine e supere os obstáculos impostos pela sociedade. Sobretudo, o homem precisa estar incorporado como um projeto, com a intenção de alcançar metas e assegurar a reprodução da sua própria existência. No entanto, a Geografia carece de reformulações dentro do âmbito escolar para que seja compreendida pelo sujeito como protagonista de sua própria história, o que faria, dela, a ciência do homem.

Vale salientar que a ciência geográfica passou por inúmeras metamorfoses até os dias atuais; para cada época houve contraposição de ideias em relação à Geografia e o processo continua passando por mutações. Visto que as transformações futuras precisam partir das organizações escolares, é necessária a valorização da disciplina no contexto da educação inclusiva, ou seja, na educação para todos. Destarte, de acordo com os PCN, “[...] a Geografia é uma área do conhecimento comprometida em tornar o mundo compreensível aos alunos, explicável e passível de transformações” (PCN, 1998, p. 26).

Em consonância com o documento apresentado, a Geografia é uma área do conhecimento inerente ao homem. Entendendo-se que ele é o produtor de sua própria cultura e que participa das demais por meio das relações humanas, a disciplina precisa

favorecer a compreensão do homem respeito ao mundo em sua volta, orientá-lo na convicção de que o mundo é passível de transformações e, dentro dessa conjuntura, torna-se pertinente mencionar que o mesmo acontece com o ensino-aprendizagem. O ensinar e o aprender não são estáticos e acabados, porém carecem de alicerces sólidos e significativos que possam direcionar a construção do conhecimento por meio de aulas práticas e modernas.

Enfim, para que o aprendiz compreenda o sentido de estudar a Geografia, é viável que a escola assuma um caráter democrático, pois o diálogo é o instrumento primordial para qualquer contexto de ensino, seja ele sistemático ou assistemático. Acrescenta-se a isto, a adaptação curricular, o Projeto Político Pedagógico, o planejamento e o compartilhar de saberes e experiências entre gestores, pedagogos, docentes, comunidade escolar, dentre outros. Como afirma Paulo Freire:

Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos cognoscíveis que, na prática 'bancária', são possuídos pelo educador que os descreve ou os deposita nos educandos passivos. (FREIRE, 1979, p. 79).

Para Freire (1979, p. 79), o ensino-aprendizagem acontece em comunhão, através da troca de experiências, portanto não existe pessoa que domine todo o conhecimento. Entretanto, na medida em que o homem entra em contato com o objeto em estudo e também mantém o relacionamento com o outro, dissemina cultura e participa das multiplicidades culturais. Desse modo, acontece o aprendizado. Além disto, o docente precisa atuar em sala de aula como um mediador de conhecimento, na perspectiva de auxiliar o aluno nas suas dificuldades. Deve oferecer a oportunidade ao alunado de tentar desenvolver o trabalho de maneira autônoma, realizando suas intervenções em caso de necessidades.

UMA PERSPECTIVA SOBRE O ENSINO DE GEOGRAFIA QUE CONCEBE A APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA DENTRO DE UM CONTEXTO EDUCACIONAL DEMOCRÁTICO

É de conhecimento de todos que as instituições escolares carecem de mudanças de paradigmas. Apesar dos avanços tecnológicos, ainda há escolas influenciadas pelas ações

tradicionais. Além disso, o alunado encontra-se na maioria das vezes desestimulado pelo ensino-aprendizagem dos conteúdos geográficos propostos.

Nesse ângulo, cabe à escola, a priori, elaborar o projeto político-pedagógico de forma democrática, com o intuito de melhorar o ensino-aprendizagem na área de Geografia. O documento mencionado é de extrema relevância diante das práticas educacionais, pelo fato de nortear as ações educativas pautadas nas reais necessidades do educando.

O projeto político-pedagógico, na esteira da inovação emancipatória, enfatiza mais o processo de construção. É a configuração da singularidade e da particularidade da instituição educativa. Bicudo afirma que a importância do projeto reside “no seu poder articulador, evitando que as diferentes atividades se anulem ou enfraqueçam a unidade da instituição” (BICUDO, 2001, p. 16). Inovação e projeto político-pedagógico estão articulados, integrando o processo com o produto. Isso porque o resultado final não é só um processo consolidado de inovação metodológica no interior de um projeto político-pedagógico construído, desenvolvido e avaliado coletivamente, mas é um produto inovador que provocará também rupturas epistemológicas. Não podemos separar processo de produto.

Compreende-se, nas ideias de Bicudo (2001, p. 16), que o projeto político-pedagógico enfatiza mais o processo de construção. Tem como premissa a de apresentar, dentro do contexto do documento, articulações consistentes, baseadas em leis, evitando assim que as diferentes atividades se anulem ou enfraqueçam a unidade da instituição. Por conseguinte, o ensino de modo geral encontra-se com práticas pedagógicas enfraquecidas, que urge de coerência e coesão na elaboração das metodologias a serem aplicadas.

É preciso lembrar que o ensino tem grande complexidade, está composto de fatores que devem ser valorizados e respeitados, porém, carece de inovações para fortalecer os valores. Por isso, a equipe escolar precisa caminhar em prol da organização e selecionar os conteúdos pertinentes para o contexto social do estudante.

Atualmente, o ensino de Geografia depara-se com um contingente enorme de novas tecnologias e acesso às inúmeras informações que estão disseminadas pelo espaço geográfico. Assim sendo, percebe-se que os saberes escolares estão à mercê da modernidade. Sobretudo, a metodologia ministrada pelo orientador de conhecimento

precisa dialogar com as orientações pedagógicas contemporâneas, com o propósito de desenvolver no alunado o senso do trabalho em equipe e a sociabilidade, para que possa construir o conhecimento de maneira adequada dentro dos paradigmas modernos. No fundo, trata-se de idealizar a educação do futuro, consubstanciada por um ensino “centrado na condição humana” (MORIN, 2001, p. 57).

De acordo com Morin (2001, p. 57), a educação precisa ser idealizada em um ensino centrado na condição humana, pois o sujeito precisa de ambientes favoráveis para engendrar e participar do conhecimento sistematizado. Além disso, o ensino da atualidade necessita do contato com características adversas, para a obtenção de resultado significativo.

Interpreta-se que, ainda que o ensino use linguagens e recursos diversos no contexto da tecnologia, se trata de um processo amplo, que necessita do respaldo da escola no sentido de dinamizar competências para mediar processos e estimular pesquisas relevantes. Isso, para influenciar de forma positiva o contexto didático-pedagógico e com o fim de motivar o aluno a construir e reconstruir o conhecimento. Contudo, faz-se necessário um ambiente propício para o desempenho das ações.

Para que isso seja possível, é necessário perfilhar uma concepção de currículo substancialmente diferente da que tem imperado nos sistemas de ensino. Em vez de um plano previamente definido e estruturado, de forma a ser implementado na prática, o currículo deve resultar de uma “construção participada” e de “uma partilha assumida de poderes e de responsabilidades” (MORGADO, 2002, p. 1035), permitindo assim que os vários intervenientes no processo educativo se sintam corresponsabilizados na (re)formulação das políticas de ensino e na concepção e realização de um projeto formativo comum.

Segundo Morgado (2002, p. 1035), para que a escola tenha caráter democrático torna-se pertinente uma concepção de currículo que se ampare na análise, reflexão e trabalho em equipe inclusivo. Além do mais, a construção do documento mencionado deve ser participativa, constante e flexível diante de um cenário de autonomia e responsabilidades, levando em consideração a heterogeneidade.

A Geografia é de relevância na vida cotidiana social do indivíduo, pois o mesmo lida a todo instante com informações, ações positivas e negativas, fluxo de veículos, contato com a Internet, entre outros. Tudo isso significa participar dos fatos reais da Geografia.

Cabe salientar que a escola tem o dever de se enquadrar no cenário apresentado e enfrentar os desafios de criar práticas docentes que possam lidar com o novo paradigma e produzir com eficiência os conhecimentos geográficos. Assim, o estudo da ciência será útil e prático na formação do indivíduo.

A partir dessas reflexões, se compreende que Amador Guarro (2002, p. 21) afirme que só numa sociedade onde a democracia seja encarada como algo que está para além do mero sistema político, isto é, como um modo de vida norteado por valores comuns e democráticos, e com um sistema educativo que se comprometa a transferir para a escola esses valores, é possível construir um currículo democrático. Aliás, nenhum sistema “pode ser mais virtuoso do que a sociedade que lhe confere a sua legitimidade e os seus recursos” (PERRENOUD, 2002, p. 13). Daí que um currículo democrático seja, por isso, algo que ultrapassa amplamente os limites estritos das escolas e as responsabilidades isoladas dos professores. Pensar e construir um currículo democrático não é um assunto exclusivamente escolar, é um assunto que envolve também o social e o político (MUÑOZ, 2006).

Percebe-se nas ideias dos autores citados, que o currículo escolar é um documento essencial para auxiliar na construção de uma escola inclusiva, democrática, que respeite os direitos dos alunos e que lhes ofereça atendimento de qualidade dentro das suas reais necessidades. Cabe destacar que pensar e construir um currículo democrático não é um assunto exclusivamente escolar, pois envolve as esferas sociais e políticas, perfazendo desse modo uma escola de ações significativas, onde acontece o intercâmbio de experiências entre professor e aluno, entre os alunos e entre alunos e gestores.

Diante do exposto, e ante as tecnologias desenvolvidas a partir das revoluções industriais, o homem está inserido no meio técnico-científico informacional desde os anos de 1970. A ciência geográfica também vem passando por mutações. Assim sendo, a utilização de novas linguagens na sala de aula pode constituir-se em recursos técnicos diferenciados, para promover a motivação e a aprendizagem.

Metodologia

A metodologia aplicada nesta pesquisa foi a revisão bibliográfica de cunho qualitativo. Revisaram-se artigos do meio eletrônico, sites, livros sobre as posturas teóricas

de autores relevantes para o tratamento do tema, com o intuito de argumentar sobre a temática em questão. Cabe destacar que a pesquisa foi desenvolvida por meio de leituras e análise de trabalhos publicados no meio eletrônico. Utilizaram-se citações diretas e indiretas sobre a problemática proposta, com a intenção de obter resultados satisfatórios.

Cabe salientar que, a autora da pesquisa coletou dados importantíssimos por meio dos artigos publicados no meio eletrônico e também em sites confiáveis. Destarte, realizou o confronto das ideias de maneira interpretativa. Além do mais, produziu também paráfrases argumentativas em relação às opiniões dos autores da fundamentação teórica, fazendo com que se percebesse a contraposição de ideias das teses apresentadas em relação ao assunto retratado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que a Geografia está presente no dia a dia dos indivíduos e com o passar do tempo vai sofrendo metamorfoses. Isso, devido às mutações no modo de vida e na cultura, que fazem com que o homem adquira novos hábitos. No entanto, o ensino da disciplina Geografia não acompanha essas mutações, carece de reestruturações, produto da conscientização da equipe escolar. Por conseguinte, o projeto político-pedagógico precisa ser elaborado a partir de reflexões e análise, que atendam às reais necessidades do alunado e valorizem também o conhecimento prévio do aprendente. Agrega-se a isto, o planejamento consistente, alicerçado nas Leis de Diretrizes e Bases.

Nesse ângulo, percebe-se que o projeto político-pedagógico precisa estar na base da adaptação curricular, pois um depende do outro. Faz-se pertinente que o educador trabalhe na linha da pesquisa científica, onde o aluno seja o protagonista da história, razão pela qual passe a demonstrar interesse pelo desenvolvimento do trabalho.

Outro fator preponderante é a mudança de paradigmas, que devem estar voltados para um ensino inclusivo, com a premissa de desenvolver um trabalho em equipe. É preciso que aconteça a troca de experiências, ou seja, que as experiências individuais se compartilhem. Além de tudo isto, cabe à escola valorizar o conhecimento prévio do aluno e abrir um leque de oportunidades para que ele amplie os seus conhecimentos

Enfim, é possível fazer que o ensino da Geografia se dê de forma inclusiva, que promova a necessária mudança de métodos e que estimule o trabalho real do discente, de

maneira que ele possa gerar conhecimento. O aluno, além de ser alfabetizado, precisa ter conhecimento de mundo, ou seja, estar atento aos acontecimentos, analisá-los com critério próprio e poder argumentar a sua posição frente a eles.

REFERÊNCIAS

BICUDO, M. A.V. **Reestruturação acadêmica e desenvolvimento regional**. Educação brasileira, Brasília, DF, v. 23, n. 46, p. 11-22, jan. / fev. 2001.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia**. Brasília: MEC / SEF, 1998.

BREThERICK, G.G. **Educação e tecnologia: Desterritorialização do conhecimento e descentralização do saber** na obra de Pierre Lévy. São Bernardo do Campo (SP): UMESP, 2010. Tese de Mestrado. Disponível em <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1150/1/Giselda%20Geronymo%20Sanches%20Bretherick.pdf>

FREIRE, P. **Conscientização**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

GOLDMANN, L. **Épistémologie et philosophie politique**. Paris: Denoël/Gonthier, 1978.

GUARRO, A. **Curriculum y democracia: por um cambio de la cultura escolar**. Barcelona: Octaedro, 2002.

KRETSCHMER, K. **História de la Geografia**. 3. ed. Barcelona: Editorial Labor, 1942.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1983.

MORGADO, J. C. Autonomia curricular; coerência entre o local e o global. In: FERNANDES, M. et al. **O particular e o global no virar do milênio**. Lisboa: Colibri, 2002. [p. 1031-1040]

MORIN, E. **Los siete saberes necesarios para la educación del futuro**. Barcelona: Paidós, 2001.

MUÑOZ, J. E. La construcción de un currículo democrático y la cultura de colaboración del profesorado. **Revista Cuatrimestral del Consejo Escolar del Estado**, [S. L], n. 3, p. 12-17, out. 2006.

PEREIRA, R. **A reflexão e a prática no ensino**. São Paulo: Blucher, 2012.

PÉREZ, F. F. G. El conocimiento cotidiano como referente del conocimiento escolar. In: RUIZ, R. M.; ATXURRA, R.; LARREA, E. F. de. **Las competencias profesionales para la enseñanza-aprendizaje de las Ciencias Sociales ante el reto europeo de la globalización**.

Bilbao (Espanha): Asociación Universitaria de Profesores de Didáctica de las Ciencias Sociales, 2007. p. 527-536.

PERRENOUD, P. **A escola e a aprendizagem da democracia**. Porto: Edições ASA, 2002

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica**. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SOUZA, E.P; BRITO, E.M.; MELO, N. M.F.S. Hipertexto como possibilidade para a construção de uma educação à distância desterritorializada. **3º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação: redes sociais e aprendizagem**. Recife, PE. 2010.

STRAFORINI, R. **Ensinar Geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais**. São Paulo: Anablume, 2004.

TEBESCO, J. C. **O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna**. São Paulo: Ática, 2002.